

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009600-57.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**  
 Requerente: **Cassiana Gardini Franco**  
 Requerido: **Athenas Paulista Transportes Coletivos Ltda**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini****VISTOS,**

Cuida-se de pedido de indenização por danos formulado por Cassiana Cardini Filho em face de Athenas Paulista Transportes Coletivos. Afirma que trabalhava na seguradora Mapfre e pegava o coletivo todos os dias de Ibaté para a rodoviária de São Carlos, e outro da rodoviária para a estação, e por último da estação para a Mapfre, por volta das 7:00 da manhã.

No dia dos fatos embarcou no ônibus Pacaembu, na rodoviária, e quando ele parou na estação, desceram três pessoas na sua frente, sendo a última a descer. O motorista fechou a porta prensando-a, de modo que a pressão da porta travou os seus braços. As pessoas de dentro do coletivo começaram a gritar para o motorista, a fim de que abrisse a porta. Chegou a ouvir o cobrador soar o sino (que é utilizado para sinalizar quando fechar a porta), repetidas vezes, pois o motorista foi saindo com o coletivo com a autora presa na porta. O motorista abriu a porta e a autora caiu no chão, fora do ônibus, na via pública. Assustada, viu o coletivo seguir. Não houve prestação de socorro. Foi para a empresa em que trabalhava. O médico examinou-a, e verificou que os braços estavam marcados pela pressão da porta e medicou-a, pois tem fibromialgia, o que agrava muito o quadro. Tomou uma injeção para dor e retornou ao trabalho. Foi à Delegacia no dia seguinte. No exame de corpo de delito as marcas já haviam desaparecido.

Requeru indenização por danos morais no valor de R\$50.000,00.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Citada, a empresa ré contestou afirmando que não há qualquer registro de tal ocorrência nos quadros administrativos da ré, e, indagado o motorista a respeito, ele negou enfaticamente que tenha prensado algum passageiro na porta do coletivo, e tampouco admitiu ter havido gritos para ele abrir porta. Indagado o cobrador, Felipe Gabriel da Silva, foi dito por ele que somente após o desembarque do último passageiro é que houve o acionamento da campainha para que o motorista fechasse a porta traseira, sem intercorrências nesse procedimento ou incidente com passageiro. Denunciou a lide à seguradora Nobre (fls. 37/38).

Foi indeferida a denúncia da lide.

Dessa decisão houve agravo de instrumento ao qual foi dado provimento (fls. 97/111).

Citada, a litisdenunciada em contestação aduziu que está em recuperação judicial o que deveria acarretar a suspensão do feito. Afirma que a autora não instruiu o feito com provas elementares e necessárias. Não estão demonstrados os prejuízos e tampouco estão individualizados. Por falta de elementos para contestar o mérito da ação, em razão de não ter participado dos fatos, esta seguradora invoca como seus os argumentos e documentos ofertados pelo segurado. No caso de condenação e eventual dever de indenizar, cabe esclarecer que não há que se falar em condenação solidária da Seguradora requerida. Uma porque a sistemática do contrato de seguro, cujas cláusulas, pela sua natureza jurídica, devem ser interpretadas restritivamente, implica na obrigação da seguradora em proceder ao reembolso em favor do segurado. Assim, a Seguradora-Contestante somente estaria obrigada a prestar cobertura contratual se fosse efetivamente comprovada a culpa do segurado pelo acidente ou, em caso de responsabilidade objetiva, o nexo causal, o que não se verifica nos autos do processo em tela. Há que se cogitar de culpa concorrente. Em caso de procedência, título judicial deve ser habilitado perante a massa liquidanda.

Réplica (fls. 303/304).

Decisão saneadora afastou as matérias preliminares e repeliu o pedido de suspensão do processo (fls. 305/307)

Produziu-se, em audiência, prova oral, colhida pelo sistema multimídia.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Em alegações finais as partes insistem na procedência de seus reclamos.

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O pedido de reparação de danos morais procede.

Senão, vejamos.

Registra-se, primeiramente, que ficou demonstrada a ocorrência do fato, ou seja, quando estava descendo do ônibus a autora foi prensada na porta.

Não há nem ao menos indícios de culpa concorrente da autora. Ela estava descendo do ônibus e foi prensada na porta.

Sofreu ela, em decorrência de ter sido atingida pela porta, ferimento leve (eritema contuso), fls. 10/11.

Por qualquer ângulo que se analise a questão é possível concluir que se trata de hipótese em que a responsabilidade da requerida é objetiva.

Isso porque a relação entre autora e ré é de consumo, sendo aplicável a regra do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor ao prestador do serviço, cuja responsabilidade tem natureza objetiva, ou seja, independe da demonstração da culpa, eximindo-se desta apenas quando comprovar a inexistência do defeito ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, de acordo com o parágrafo terceiro do referido dispositivo legal, hipóteses que não ficaram patenteadas, conforme a prova produzida.

De qualquer modo, a ré é prestadora de serviço público (§ 6º do art. 37 da Constituição Federal, art. 734 do Código Civil e art. 14 do CDC).

Não se pode olvidar, outrossim, que a ré tem responsabilidade contratual, porquanto decorrente de contrato de transporte, é modalidade de responsabilidade objetiva, consoante previsão do Código Civil (arts. 734, 735 e 738), assim como do Código de Defesa do Consumidor (art. 14), cuja principal característica consiste na cláusula de incolumidade, consoante lição de Sergio Cavalieri Filho (Sergio Cavalieri Filho. *Programa de responsabilidade civil*. – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2008, pp. 295/296): *Sem dúvida, a*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*característica mais importante do contrato de transporte é a cláusula de incolumidade que nele está implícita. A obrigação do transportador não é apenas de meio, e não só de resultado, mas também de garantia. Não se obriga ele a tomar as providências e cautelas necessárias para o bom sucesso do transporte; obriga-se pelo fim, isto é, garante o bom êxito. Tem o transportador o dever de zelar pela incolumidade do passageiro na extensão necessária a lhe evitar qualquer acontecimento funesto, como assinalou Vivante, citado por Aguiar Dias. O objeto da obrigação de custódia, prossegue o Mestre, é assegurar o credor contra os riscos contratuais, isto é, pôr a cargo do devedor a álea do contrato, salvo na maioria dos casos, a força maior (José de Aguiar Dias, ob. cit., v. I/230). Em suma, entende-se por cláusula de incolumidade a obrigação que tem o transportador de conduzir o passageiro são e salvo ao lugar de destino.*

A dinâmica narrada na inicial, qual seja, o fechamento da porta do coletivo quando a autora ainda descia daquele, o que acarretou sua queda e ferimentos leves, foi confortada pela prova oral.

O conjunto probatório indica que o acidente ocorreu por imprudência do motorista do ônibus, que se descuro das cautelas necessárias à segurança de sua passageira, que ainda não tinha efetivado desembarque por completo.

Testemunha presencial apontou a conduta culposa do motorista, dizendo que ele fechou a porta quando ela saía, prensando-a e depois de ser alertado pelo cobrador, que começou a tocar o sino pra lhe chamar a atenção, abriu a porta, a autora foi projetada para frente e o ônibus zarpou, sem prestação de socorro.

Patente, destarte, a culpa do preposto da ré, motorista do ônibus. Daí a responsabilidade da ré pelas consequências do acidente.

Nesse sentido é a jurisprudência: "A empresa de transporte coletivo de passageiros responde por reparação de danos, se o seu motorista, agindo culposamente, coloca ônibus em movimento quando passageira dele descia, fato este que ocasionou amputação de uma das pernas da vítima, pouco importando se a usuária já tivesse descido do conduzido, pois, da mesma forma, restaria descaracterizada a culpa, por inobservância de regras básicas de segurança" (RT 771/327).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

No caso em tela, não houve danos patrimoniais e as lesões corporais foram leves.

Há, contudo, dano moral, visto que se refere à dor interior, psíquica, aliada, no caso em tela, ao sofrimento de ordem física suportado pela vítima, além do descaso pela ausência de prestação de socorro.

*"Em caso de acidente de trânsito envolvendo transporte rodoviário, é devida à passageira indenização por danos morais referentes às lesões físicas e psico-emocionais decorrentes do sinistro"* (RT 835/251).

É certo, porém, que as lesões sofridas não ostentaram gravidade.

Os documentos médicos indicam contusão, sem sequelas, o que será levado em conta na fixação da indenização.

De rigor, portanto, a condenação da empresa ré a título de danos morais.

Assim, considerando o princípio da razoabilidade e de forma que a quantia arbitrada seja compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita e a extensão do dano produzido (que não deixou sequelas), bem como atenta ao princípio que veda que o dano se transforme em fonte de lucro, fixo a indenização em R\$ 3.500,00, sabendo-se que tal verba tem por objetivo servir de punição à ré pela ofensa a um bem jurídico imaterial da vítima (honra), dar à autora uma quantia que não é o *pretium doloris*, mas sim o meio de lhe oferecer oportunidade de conseguir uma satisfação de qualquer espécie, seja intelectual, moral ou material, dado que a soma em dinheiro ameniza a amargura da ofensa.

Destarte, julgo procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando Athenas Paulista Transportes Coletivos a pagar para Cassiana Cardini Filho o valor de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), quantia que deve ser atualizada por correção monetária desde a sua fixação nesta sentença (Súmula 362, STJ) e juros legais de mora desde a citação.

Dada a sucumbência da ré, arcará com custas, despesas processuais e com honorários do advogado da parte adversa que arbitro em 15% sobre o valor da condenação.

Procede a lide secundária, levando-se em consideração a apólice de seguro contratada, que de forma expressa inclui danos morais (apólice de fls. 267).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Enfim, em havendo contrato de seguro e tendo sido denunciada a lide à seguradora, arcará essa com as verbas da condenação, cujos valores não extrapolam o limite da apólice.

Julgo procedente a lide secundária e condeno Nobre SEGURADORA a ressarcir à ré Athenas Paulista Transportes Coletivos a indenização por danos morais a que foi condenada (R\$3.500,00 a título de danos morais), com juros e correção monetária na forma acima fixada).

Deixo de condenar a litisdenunciada nas verbas da sucumbência tendo em vista que não resistiu ao seu ingresso na lide secundária. Nesse sentido, a melhor jurisprudência dispõe que: “Comarca : Batatais - 2ª Vara Cível, Apelantes : Sul América Cia. Nacional de Seguros; Transline, Transportes Sul Ltda.; e Antônio da Silva, Apelados : Alfredo Lattaro Neto e Renato Diniz Lattaro, VOTO Nº 14.755, Apelação. Indenização. Seguro. Acidente de veículo. Vítimas fatais. Comprovação da culpa dos réus. Inteligência do art. 333, I, do CPC. Dano moral reduzido para o valor correspondente a 200 (duzentos) salários-mínimos em vigor na data deste julgamento. Réu que denuncia à lide a seguradora, a qual comparece e aceita sua condição de responsável pelo pagamento da indenização prevista na apólice. Apelo da seguradora provido, em parte, para excluí-la da condenação em honorários sucumbenciais pela procedência da lide de garantia, considerando-se que ela não resistiu à denunciação, aceitando, expressamente sua condição de responsável pela lide de garantia. Sentença parcialmente reformada. Apelo provido, em parte.” (TJSP, 29ª Câmara, SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO, APELAÇÃO S/ REVISÃO Nº 1184983- 0/8, Data do julgamento : 06.08.2008, Des.Relator Pereira Calças)”.

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE RESISTÊNCIA À DENUNCIAÇÃO DA LIDE. CONDENÇÃO EM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS DA LIDE SECUNDÁRIA. IMPOSSIBILIDADE.**

1. Não tendo havido resistência à denunciação da lide não cabe a condenação da denunciada em honorários de advogado em face da sucumbência do réu denunciante. Incidência da Súmula 83.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 1226809/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2010, DJe 01/02/2011)

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 25 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**